

## OS CRAS E ALGUMAS QUESTÕES PARA AS PRÁTICAS PSI

*Suzana Maria Gotardo (UFES)*  
*Ana Lucia Coelho Heckert (UFES)*  
*Cleilson Teobaldo dos Reis (UFES)*  
*Cléver Manolo Coimbra de Oliveira (UFES)*  
*Marcel Bittencourt Romano (UFES)*

Correio Eletrônico: [clevercoimbra@yahoo.com.br](mailto:clevercoimbra@yahoo.com.br)

### O QUE TEMOS FEITO DE NÓS COMO PROFISSIONAIS?

Este trabalho tem sua gênese em inquietações partilhadas com alguns autores, como, por exemplo, Guattari e Rolnik (1986: p. 29) quando colocam questões sobre os trabalhadores sociais, incluindo-se aí jornalistas, assistentes sociais, psicólogos, educadores, etc. Os autores afirmam sobre o envolvimento desses profissionais nos processos de produção de subjetividade:

Eles se encontram numa encruzilhada política e micropolítica fundamental. Ou vão fazer o jogo dessa reprodução de modelos que não nos permitem criar saídas para os processos de singularização, ou, ao contrário, vão estar trabalhando para o funcionamento desses processos na medida de suas possibilidades e dos agenciamentos que consigam pôr para funcionar. Isso quer dizer que não há objetividade científica alguma nesse campo, nem uma suposta neutralidade na relação (por exemplo, analítica). (GUATTARI & ROLNIK, 1986, p.29)

Neste sentido, o trabalho objetiva analisar os processos de produção de formas de atuar dos psicólogos, produzidas no cotidiano de trabalho do CRAS de Campo Verde em Cariacica. Buscamos acompanhar as produções das práticas *psi*, entendendo que tais práticas são construídas no cotidiano por profissionais de psicologia, pelos profissionais que atuam junto a eles, pelos usuários desses serviços e por outras tantas linhas de composição. Essas práticas são pensadas neste trabalho como modos de criação/produção de realidade.

Apostamos que a construção dessas práticas, assim como a vida, é feita de movimentos que expressam relações, interfaces, hibridismos – composições dinâmicas e provisórias. Buscamos pensar que essa produção envolve misturas, turbulências, imprevisibilidades, e que fala de processos de composição que se fazem no cotidiano, daí a escolha por interrogar essas práticas e seus efeitos na vida.

### TRABALHO/FORMAÇÃO: UM CAMPO DE QUESTIONAMENTOS

A formação do profissional psicólogo, não para. É processo incessante que encontra seus argumentos de transformação nos encontros na vida. Questionamos então: que atravessamentos estão patentes no processo que chamamos formação do psicólogo? Certamente encontraremos, dentre vários prováveis, o que chamamos de trabalho. Nessa discussão, acompanharemos alguns trabalhos produzidos nos campos da formação e do trabalho que não desvinculam **processo de formação de processo de**

**trabalho**, nem os dicotomizam. Pautaremos nossa discussão por essa via justamente pela aposta no trabalho como substrato no qual emergem formas de atuação diferenciadas. As dicotomias entre formação/trabalho e teoria/prática são questões que costumam acompanhar os processos de formação.

As discussões acerca da vinculação entre processo de formação e processo de trabalho, que se faz necessária para prosseguirmos produzindo nosso caminho nos interstícios entre trabalho, formação e produção de subjetividade, não são inéditas e nem banais. Estamos falando de mais uma produção coletiva, política, ética. Em um texto de 1977, Lourau afirma: “*A gênese teórica dos conceitos, incluindo os conceitos da análise institucional, é inseparável de sua gênese social.*” (Lourau, 1977, p.42). Acompanhando Lourau, entendemos que todas as produções chamadas teóricas são, ao mesmo tempo, sociais e criam mundos.

Sobre a indissociabilidade entre as práticas de formação, gestão e o cotidiano de trabalho, na complexidade em que este se inscreve, Heckert e Neves<sup>1</sup> (2007) apontam que a aposta em movimentos de mudança nas práticas vigentes no SUS – possíveis efeitos das práticas de formação discutidas pelas autoras – somente se efetivarão se estiverem conectados com os processos de trabalho nos serviços de saúde, seus trabalhadores e usuários. Apontando para processos de formação que ganhem consistência de intervenção, produzindo ao mesmo tempo novos saberes/fazeres, novos territórios existenciais e novos mundos.

Barros (2006) destaca que a separação “teoria-prática-política”, a ênfase em algum desses aspectos do trabalho, como se tratássemos de aspectos opostos da realidade pode levar-nos ao que Foucault (1977: p.12) chamou de os “ascetas políticos, os morosos, os terroristas da teoria, aqueles que queriam preservar a ordem pura da política e do discurso político. Os burocratas da revolução e os funcionários da verdade”. E continua:

Entendemos com Foucault que a prática política deve ser um intensificador do pensamento. A análise política do cotidiano precisa ser um multiplicador das formas de ação e intervenção política. Essas binarizações só servem para reforçar as unidades e as totalizações, a justaposição e as disjunções das ações, dificultando a inventividade dos processos de trabalho própria dos viventes humanos. (BARROS, 2006, p.138)

Com Baptista (2000), observamos o quanto, em muitos momentos, a formação – neste caso do psicólogo – traça suas linhas produzindo certo esvaziamento do social. O cotidiano é afastado, privatizando as produções políticas e conferindo-lhes uma paralisia com pretensões de eternidade e, até mesmo, universalidade. Os cheiros, as cores, os burburinhos fervilhantes da vida social, são afastados das práticas formativas. Incluindo aí, as perturbações que o trabalho produz.

Na perspectiva que adotamos, o tempo é criador (Kastrup, 2007) e essa criação ganha visibilidade no cotidiano, na forma de atualizações no campo de forças no qual estamos imersos e pelo qual somos atravessados. Qualquer tentativa de apartá-lo – o cotidiano –

---

<sup>1</sup> As autoras estão discutindo os processos de formação dos profissionais de saúde e trazem para o debate a experiência de formação do Curso de Formação de Apoiadores da Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do Sistema Único de Saúde (SUS).

das práticas formativas, tornando-as herméticas em relação à sua potência disruptiva, é tentativa de destituí-las da sua errância, de seus devires. Ao contrário, acompanhamos Rocha (2007) que aponta como desafio “*transformar o cotidiano em laboratório social, novas táticas/práticas de formação*”.

Segundo Marx,

O trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. **Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza.** Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o fogo das forças naturais. Não se trata aqui das formas instintivas, animais, de trabalho. Quando o trabalhador chega ao mercado para vender sua força de trabalho, é imensa a distância histórica que medeia entre sua condição e a do homem primitivo com sua forma ainda instintiva de trabalho. Pressupomos trabalho sob forma exclusivamente humana [...] (MARX, 1971, v1. apud BAPTISTA, 2000, p.61 – grifos nossos).

As palavras de Marx nos permitem afirmar a indissociabilidade entre processos de produção de subjetividade e processos de trabalho. Já que nosso interlocutor afirma que a atuação sobre a natureza acarreta, ao mesmo tempo, uma mudança em si mesmo. Utilizando um termo aprendido com Kastrup (2007), o trabalho produz um coengendramento entre trabalhador e mundo. Partindo do trabalho como esse **atuar modificando**, podemos ainda afirmar que os processos de formação são também processos de trabalho.

O sujeito-trabalhador, que emerge desse plano de multiplicidades, é relançado na rede social mais ampla e, assim, sujeito e meio são planos que se dobram e implicam e não pólos que se relacionam e interagem. Essa direção de análise retira do centro do processo de trabalho tanto o indivíduo quanto o meio e afirma um estatuto de relação não dicotômica (BARROS, 2004: p. 135).

O trabalho da psicologia – em contraposição ao da ética de formação que estamos afirmando neste trabalho – alinha-se em muitos momentos com uma certa intimização, uma privatização das questões, uma redução do coletivo<sup>2</sup>. Se o aluno não é o melhor da

---

<sup>2</sup> Entendemos por coletivo uma produção em rede que nos atravessa. Coletivo para nós não significa a soma de sujeitos individuais, mas uma produção múltipla, com aspectos midiáticos, jurídicos, discursivos, não-discursivos, de sensibilidade, enfim, uma multiplicidade de afetações e de possibilidades. Nesta discussão nos apoiamos em BENEVIDES, R. Grupo: a afirmação do simulacro. Porto Alegre: Sulina, 2007.

turma, foi ele que não se esforçou o suficiente – sendo que, a própria idéia de “melhor da turma” não é natural, muito menos o fracasso a ela atrelado. São processos de subjetivação hegemônicos que produzem alunos, escolas, empresas, etc. nessa lógica. As inquietações cotidianas são transformadas em questões individuais a serem psicologizadas e a vida social e política é privatizada (Coimbra, 1995).

Heckert (2007, p. 207) toma em Baptista (2000) a noção de escuta surda para discutir os processos de formação e de escuta. Esse modo de escuta, segundo a autora, é efeito das práticas de formação intimidadoras, “pautadas nos preceitos cientificistas de neutralidade que, no lugar de se contaminar pelos movimentos da vida, os afasta em nome da rigorosidade e objetividade e contribui para a repetição dos modos de existência instituídos”. Sobre essa intimização Baptista (2000) diz:

Intimizar a vida quer dizer colocá-la para dentro, destituí-la da história das práticas humanas, esvaziando sua multiplicidade de formas e de conexões. A partir daí, o público e o privado se dicotomizam em antagônicos espaços, reificam-se [...]. Fechada, a vida perde movimento, força política, e o capital se multiplica, obscurecendo a visibilidade da produção dos modos de vida [...]. Sem movimento, desmaterializa-se, tornando-se dádiva ou estorvo, diluindo do cotidiano a emergência e o espaço da produção – do assujeitamento e da transgressão. (BAPTISTA, 1999, p. 34)

Como temos apontado para uma formação que opera como um vetor de subjetivação, é interessante retomar as noções de subjetividade e processos de subjetivação trabalhadas anteriormente com Guattari e Rolnik (GUATTARI, F; ROLNIK, S. 1986). Ou seja, há uma produção social que remete a subjetividade ao indivíduo, além de encerrá-la nele mesmo. Produções estas que têm como um de seus efeitos o alinhamento do trabalho do psicólogo com práticas individualizadas e intimidadas, assumindo um sentido de propriedade nas produções subjetivas, como que apartadas do social. Justamente por apostarmos que as produções são coletivas e se atualizam das formas mais diversas, direcionamos nossa pesquisa para um campo de lutas. Para um lugar – ou um não lugar – entre formação, formas *psi* e formas imprevisíveis.

Ainda sobre a questão das práticas *psi*, Guattari (1990, p.22) afirma:

Insistindo nos paradigmas estéticos, gostaria de sublinhar que, especialmente nos registros das práticas “psi”, tudo deveria ser sempre reinventado, retomado do zero, do contrário os processos se congelam em uma mortífera repetição. A condição prévia a todo novo impulso da análise – por exemplo, a esquizoanálise – consiste em admitir que, em geral, e por pouco que nos apliquemos a trabalhá-los, os Agenciamentos subjetivos individuais e coletivos são potencialmente capazes de se desenvolver e proliferar longe de seus equilíbrios ordinários. *Suas cartografias analíticas transbordam, pois, por essência, os territórios existenciais aos quais são ligadas.* (Grifos nossos).

## LEVANDO A CONVERSA PARA OS CRAS

Os CRAS são unidades públicas da política de assistência social, de base municipal, integrantes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), localizados em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinados à prestação de serviços e programas socioassistenciais de proteção social básica às famílias e indivíduos, e à articulação destes serviços no seu território de abrangência, e uma atuação intersetorial na perspectiva de potencializar a proteção social<sup>3</sup>.

Os CRAS foram criados em 2004 através da Política Nacional de Assistência Social PNAS (2004). A divisão em atenção social básica e especial de média e alta complexidade levou à necessidade de criar espaços para a efetivação desse modo de funcionamento. Os CRAS são unidades de referência que congregam serviços da atenção social básica como: Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), programa de inclusão produtiva e projetos de enfrentamento da pobreza, centros de convivência para idosos, serviços para crianças de 0 a 6 anos, que visem o fortalecimento dos vínculos familiares, o direito de brincar, ações de socialização e de sensibilização para a defesa dos direitos das crianças, serviços socioeducativos para crianças, adolescentes e jovens na faixa etária de 6 a 24 anos, visando sua proteção, socialização e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, programas de incentivo ao protagonismo juvenil, e de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, centros de informação e de educação para o trabalho, voltados para jovens e adultos (PNAS, 2004).

Como dissemos, nos CRAS estão previstas as ações do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), que por sua vez,

“expressa um conjunto de ações relativas à acolhida, informação e orientação, inserção em serviços da assistência social, tais como: socioeducativos e de convivência, encaminhamentos a outras políticas, promoção de acesso à renda e, especialmente, acompanhamento sociofamiliar.” (Disponível em <http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protecao-social-basica/paif>, acesso em 10/03/2009).

O PAIF tem como objetivos: “contribuir para a prevenção e o enfrentamento de situações de vulnerabilidade e risco social; fortalecer os vínculos familiares e comunitários e promover aquisições sociais e materiais às famílias, com o objetivo de fortalecer o **protagonismo** e a **autonomia** das famílias e comunidades.” E seu público, segundo as informações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), é a

população em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação ou ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos, com vínculos familiares, comunitários e de pertencimento fragilizados e que vivenciam situações de discriminação etária, étnica, de gênero ou por deficiências,

---

<sup>3</sup> Disponível em: <http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protecao-social-basica/paif>

entre outros. (Disponível em: <http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protecao-social-basica/paif>, acesso em 10/03/2009).

Os CRAS têm uma equipe definida segundo o número de famílias referenciadas por unidade, e sua regulamentação é feita pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS) conforme o quadro a seguir:

Porte dos municípios	Pequeno Porte I	Pequeno Porte II	Porte Médio	Grande Porte	Metrópole
Famílias referenciadas e capacidade de atendimento	2.500 famílias referenciadas e capacidade de atendimento anual de 500 famílias	3.500 famílias referenciadas e capacidade de atendimento anual de 750 famílias	5.000 famílias referenciadas e capacidade de atendimento anual de 1000 famílias		
Equipe de referência	2 técnicos de nível médio e 2 técnicos de nível superior, sendo 1 assistente social e outro preferencialmente psicólogo	3 técnicos de nível médio e 3 técnicos de nível superior, sendo 2 assistentes sociais e preferencialmente 1 psicólogo.	4 técnicos de nível médio e 4 técnicos de nível superior, sendo 2 assistentes sociais, 1 psicólogo e 1 profissional que compõe o SUAS		
	<b>As equipes de referência do CRAS devem contar sempre com um coordenador com nível superior</b>				

(Disponível em: <http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protecao-social-basica/paif>)

Em relação ao espaço físico, os CRAS “devem refletir sua principal concepção: o trabalho social com famílias, operacionalizado por meio do PAIF.” Assim, o CRAS deve possuir, minimamente, os seguintes espaços:

Espaços	Atividades
Hall aberto	Espera e transição
Recepção	Acolhimento e encaminhamentos
Sala de Atendimento	Entrevistas e atendimento individualizado (famílias e/ou indivíduos)
Sala Socioeducativo com Famílias	Grupos socioeducativos e atividades coletivas/comunitárias
Sala Administrativa	Coordenação, produção de informações, arquivo, equipe técnica

(Disponível em: <http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protecao-social-basica/paif>)

Todas as ações dos CRAS estão previstas no SUAS, cujo modelo prevê que a gestão seja descentralizada e participativa. Este modelo de gestão do SUAS supõe também a regulação e organização em todo território nacional dos serviços, programas, projetos e

benefícios socioassistenciais, de caráter continuado ou eventual, executados e providos por pessoas jurídicas de direito público sob critério universal e lógica de ação em rede hierarquizada e em articulação com iniciativas da sociedade civil. Além disso, o SUAS define e organiza os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da política pública de assistência social, objetivando a normatização dos padrões nos serviços, qualidade no atendimento aos usuários, indicadores de avaliação e resultado, nomenclatura dos serviços e da rede prestadora de serviços socioassistenciais.

O SUAS foi a principal deliberação da IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em Brasília (DF), em 2003, e busca a universalização dos direitos à Seguridade Social e da proteção social pública com a composição da política pública de assistência social em nível nacional.

Segundo o Centro de Referência em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP, 2007: p. 12), “a atuação dos psicólogos nos CRAS tem foco na prevenção e promoção da vida, mas isso não significa desconsiderar outros aspectos relacionados às vulnerabilidades”. Para tanto, “é preciso articular com ações existentes nas regiões, nas comunidades. Devemos, pela condição do sujeito integral, entender o desafio da incompletude institucional e da intersectorialidade” (CREPOP, 2007: p. 13).

Ou seja, a atuação que vem sendo pensada pela via de múltiplas articulações, múltiplos agenciamentos, e não do intimismo, ou da privatização das questões. Essa aposta que hoje se configura como referência técnica para a atuação do psicólogo aponta para uma direção que pensa o sujeito como efeito de múltiplas conexões com a vida, já que não circunscreve à psicologia o trabalho a ser realizado. Entretanto, como isso tem se dado? Para que vias essa produção está conduzindo as práticas *psi*?

Os CRAS são criações muito recentes na história da assistência social, cabe-nos acompanhar essa produção que não é outra coisa que não a nossa história como profissionais. Como têm caminhado os CRAS? Eles se direcionam mais por vias de singularização ou de reprodução de modelos hegemônicos? Como se dão os exercícios gerenciais no cotidiano de trabalho nos CRAS? Quais formas de subjetividade<sup>4</sup> são engendradas nesse viver cotidiano? Que forças atualizam<sup>5</sup> a Assistência Social, campo de inserção do profissional Psi? Como isso produz o psicólogo e o seu trabalho? São indagações que devemos nos colocar para que esse novo espaço de atuação da psicologia venha de alguma forma a constituir-se em um espaço ético-político de produção de vida.

---

<sup>4</sup> A noção de forma subjetividade está, intrinsecamente, ligada à noção de subjetividade que usaremos ao longo de nosso trabalho. A subjetividade não se confunde aqui com a noção de sujeito, ou de indivíduo, com a qual estamos mais acostumados. Ela é também produzida por processos impessoais e comporta as forças que produzem formas de estar no mundo, mundos, além das forças que as/os desfazem. A subjetividade é inacabada e, por isso, nunca encerrada em forma perene; contudo, formas são produzidas em sua processualidade dissolutiva e conformativa. A essas formas temporárias chamamos formas subjetividade (Machado, 1999). A autora desenvolve sua discussão utilizando-se de obras como: Deleuze, G. **A dobra**: Leibniz e o barroco. Campinas: Papirus, 1991; e Deleuze, G. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

<sup>5</sup> Os conceitos de atual e virtual estão diretamente relacionados na obra de Giles Deleuze. O virtual diz respeito à potência de vir a ser, a um campo de forças que atuam no mundo e produzem novos mundos. Essas virtualidades não se opõem ao real – pois são reais como virtualidades – mas ao atual, que seria o acontecer. Porém, o virtual está presente no atual, bem como os embates das virtualidades produzirão atualizações. (Lévy, 1997)

## REFERÊNCIAS

ARIÉS, P. **História social da criança de da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. (p.156-177)

ATHAYDE, M. **Processo produtivo, espaço educativo: um campo de lutas**. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa/PB, 1988.

BAPTISTA, L. **A Fábrica de Interiores: A formação do *psi* em questão**. EdUFF, Niterói, RJ, 2000.

\_\_\_\_\_. **A cidade dos sábios**. São Paulo: Summus, 1999.

BARROS, M. **Desafios ético-políticos para a formação dos profissionais de saúde: transdisciplinaridade e integralidade**. In: PINHEIRO, Roseni; MATTOS, Ruben; CECCIM, Ricardo. (Org.). *Ensinar saúde: a integralidade e o SUS nos cursos de graduação na área da saúde*. 1 ed. Rio de Janeiro: ABRASCO; IMS/UERJ, 2006, v. 1, p. 131-151.

\_\_\_\_\_. **Modos de gestão-produção de subjetividade na sociedade contemporânea**. Revista do Departamento de Psicologia da UFF, Niterói, v. 14, n. 2, p. 59-74, 2003.

BARROS, M.; FONSECA, T. **Psicologia e processos de trabalho: um outro olhar**. Revista Psico, Volume 35, nº. 2 – julho-dezembro/2004. PUCRS.

BENEVIDES, R. PASSOS, E. **Clínica, política e as modulações do capitalismo**. Revista Lugar Comum, RJ, ISSN 14158604, n. 19-20, jan-jun de 2004, pp. 159-171. Disponível em: <[http://www.slab.uff.br/exibetexto2.php?link=.%2Ftextos%2Ftexto28.htm&codtexto=28&cod=28&nome\\_autor=&tp=>](http://www.slab.uff.br/exibetexto2.php?link=.%2Ftextos%2Ftexto28.htm&codtexto=28&cod=28&nome_autor=&tp=>)

Centro de Referência Técnica em Psicologia e Política Públicas (CREPOP). **Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia (CFP), 2007. Documento disponível *on-line* nos sites do CFP, CREPOP e MDS.

CLOT, Y. **Clínica do trabalho, clínica do real**. Publicado no *Le Journal des Psychologues*, nº 185, mars 2001. Tradução livre: Kátia Santorum e Suyanna Linhales Barker. Disponível em: [www.pqv.unifesp.br/clotClindotrab-tradkslb.pdf](http://www.pqv.unifesp.br/clotClindotrab-tradkslb.pdf)

COIMBRA, C. **Guardiões da Ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do Milagre**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.

DELEUZE, G. GUATTARI, F. **Mil Platôs Vol. 1**. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. São Paulo, Editora 34, 1995.

\_\_\_\_\_. **Introdução à vida não facista**. Preface in: Gilles Deleuze e Félix Guattari. *Anti-Oedipus: Capitalism and Schizophrenia*, Tradução: Wanderson Flor do



Nascimento. New York, Viking Press, 1977, pp. 11-14.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Subjetividade e História**. In Micropolítica: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1986: p. 25-126.

HECKERT, Ana Lucia C. **A Produção dos Latifúndios do Saber: a formação do psicólogo em questão**. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal Fluminense. Niterói/RJ, 1992.

\_\_\_\_\_. **Escuta como cuidado: o que se passa nos processos de formação e de escuta?** In: PINHEIRO, Roseny; MATTOS, Ruben Araújo de. (Org.). Razões públicas para a integralidade em saúde: o cuidado como valor. 1 ed. Rio de Janeiro: ABRASCO/CEPESC, 2007, v. 1, p. 199-212.

\_\_\_\_\_. **Narrativas de resistência: educação e políticas**. Tese de Doutorado em Educação. Universidade Federal Fluminense. Niterói/RJ, 2004.

HECKERT, A. NEVES, C. **Modos de formar e modos de intervir: quando a formação se faz potência de produção de coletivo**. In: PINHEIRO, R.; BARROS, M.E.B.; MOTTA, R. (Orgs.) Trabalho em equipe. Rio de Janeiro: ABRASCO/IMS/UERJ, 2007.

KASTRUP, V. **A invenção de si e do mundo: uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição**. Belo Horizonte : Autêntica, 2007.

KOOGAN A.; HOUAISS, A. **Enciclopédia e dicionário**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1994.

LÉVY, P. **O que é o virtual?** São Paulo: Editora 34, 1997.

LOURAU, R. **Referencias teoricas del analisis institucional**. In Lourau et al. El Analisis Institucional. Madri: Campo Abierto, 1977.

MACHADO, L. D. **Subjetividades Contemporâneas**. In: Barros, M. E. B. (org.). Psicologia: Questões contemporâneas. Vitória : EDUFES, 1999: p. 211-229.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004. São Paulo: Cortez, 2005.

ROCHA, M. **A formação como acontecimento: solidão, pensamento e autogestão**. In: MARCONDES, A.; FERNANDES, A.; ROCHA, M. (Orgs). Novos possíveis no encontro da psicologia com a educação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

SCHWARTZ, Yves. **Circulações, Dramáticas, eficácias da atividade industrial**. In Revista Trabalho, Educação e Saúde (Fiocruz), vol. 1 e 2, p. 33-55, março/2004a.

\_\_\_\_\_. **Trabalho e gestão: níveis, critérios e instâncias**. In Figueiredo et Al. **Labirintos do trabalho: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004, p. 23-33.

<<http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protecao-social-basica/paif>>. Acesso em: 10 mar. 2009.

<<http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protecao-social-basica>>. Acesso em 10 mar. 2009.